



AGÊNCIA GOV

Recursos serão utilizados em ações de resposta

Autorizado repasse de R\$ 14,3 milhões para o Amazonas

A Defesa Civil Nacional autorizou o repasse de R\$ 14.311.819,35 ao Amazonas para ações de resposta a desastres. A liberação foi oficializada por portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 17 de outubro. Os recursos serão destinados a medidas de atendimento às situações emergenciais no estado.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) informa que municípios com reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública podem solicitar verbas para ações de defesa civil. O pedido deve ser feito pelo Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), com apresentação de um plano de trabalho. A equipe técnica da Defesa Civil Nacional analisa as metas e os valores solicitados. Após a aprovação, o repasse é formalizado por portaria publicada no DOU.

PF investiga esquema de diplomas falsos

A Polícia Federal cumpriu 5 mandados de busca e apreensão em Macapá, no Amapá, para investigar um suposto esquema de falsificação e emissão irregular de diplomas, históricos escolares e certificados de uma instituição particular de ensino superior. A apuração começou após denúncia do Conselho Regional de Serviço Social do Amapá (CRESS/AP). Foram identificados indícios de documentos falsos e oferta irregular de cursos a distância. Os investigados podem responder por falsificação de documento.



AGÊNCIA GOV

Operação apura esquema de emissão irregular

Regras para transição governamental

O Governo do Amapá publicou o Decreto nº 7.129/2026, que estabelece regras para a transição governamental entre 2026 e 2027. A medida define procedimentos para o compartilhamento de informações administrativas, financeiras, contábeis e jurídicas entre as equipes. O cronograma prevê levantamento de dados, elaboração de relatórios e reuniões até 23 de dezembro. A conclusão dos trabalhos está prevista para 28 a 31 de dezembro, com foco na continuidade dos serviços públicos e no planejamento da próxima gestão.

Programa habitacional retoma cadastro

O Governo do Estado do Amapá reabriu as inscrições para o programa Morar Bem Amapá, que oferece subsídio para a entrada na compra de imóveis novos ou em construção. O cadastro é gratuito e deve ser feito pela internet até 14 de novembro de 2026, às 23h59. Famílias com renda mensal de até R\$ 3.200 podem receber até R\$ 55 mil; para rendas de até R\$ 5 mil, o auxílio chega a R\$ 35 mil no Amapá.

Sorte!

Uma aposta registrada em Ca-coal, em Rondônia, recebeu R\$ 27.269,65 ao acertar 5 números e 1 ou nenhum trevo no concurso 399 da +Milionária, sorteado no domingo (18). Como ninguém acertou a combinação principal, o prêmio acumulou e chegou à estimativa de R\$ 107 milhões para o próximo sorteio, previsto para quarta-feira (21).

Ação da polícia

A Polícia Civil do Estado de Rondônia cumpriu 3 mandados de busca e apreensão em Buritis, na última quinta-feira (15). A ação da 1ª Delegacia de Polícia Civil de Buritis resultou na prisão em flagrante de um suspeito. Em outro imóvel, foram encontradas 10 porções de substância semelhante ao crack, escondidas no quintal.

Balanço

O Amazonas registrou 188 focos ativos de incêndio, após atingir o pico de 494 no dia 10. Nos últimos 5 dias, equipes extinguiram mais de 300 ocorrências. A operação reúne 330 brigadistas coordenados pelo Ibama e pelo ICMBio, além de 11 aeronaves, 32 veículos terrestres e 8 embarcações. As polícias investigam suspeitas de ação humana.

Enem

Estudantes do Acre inscritos automaticamente no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026 tiveram até o último domingo (18) para escolher entre inglês e espanhol na prova de língua estrangeira. A opção deveria ser registrada na Página do Participante. Quem perdeu o prazo fará a prova de inglês, sem possibilidade de alteração.

Posse

Leda Mara Nascimento Albuquerque, professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), tomou posse como Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Amazonas para o biênio 2026-2028. É a 3ª vez que assume o cargo. A cerimônia ocorreu em 15 de outubro, na sede do MPAM, em Manaus.

Ocorrência

Um avião monomotor fez um pouso de emergência no rio Purus, próximo à Aldeia Nova Moema, em Santa Rosa do Purus, no interior do Acre, no último sábado (17). As quatro pessoas a bordo sobreviveram sem ocorrência graves. A aeronave apresentou falha no motor e vazamento de óleo cerca de 15 minutos após a decolagem.



O projeto prevê R\$ 640 milhões em investimentos

Amapá prevê R\$ 1,4 bi com concessão florestal pública

Projeto abrange 603.534 hectares em 6 municípios, com contratos por 31 anos

Da Redação

O Governo do Amapá lançou edital para conceder à iniciativa privada 10 Unidades de Manejo Florestal (UMFs) na Floresta Estadual do Amapá (Flota/AP). O projeto abrange 603.534 hectares em 6 municípios e prevê contratos de 31 anos. A estimativa é de R\$ 643 milhões em investimentos privados. Com royalties florestais e compromissos socioambientais, o volume financeiro previsto chega a cerca de R\$ 1,4 bilhão.

A iniciativa foi estruturada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As áreas ficam em Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba e Oiapoque. As empresas vencedoras poderão explorar recursos madeireiros conforme regras de manejo sustentável.

Segundo a projeção do governo estadual, os contratos podem gerar 493 empregos diretos. O modelo estima ainda R\$ 608,83 milhões em royalties florestais e R\$ 173,23 milhões em compromissos socioambientais durante a concessão. Os recursos devem apoiar a proteção da floresta,

a infraestrutura comunitária e iniciativas de desenvolvimento local. Somados aos investimentos privados, os valores chegam a aproximadamente R\$ 1,4 bilhão.

A licitação divide a área em 10 unidades de manejo. As empresas interessadas deverão participar do processo e cumprir as exigências do edital. A concessão não transfere a propriedade da floresta, mas estabelece regras para o uso econômico dos recursos e a fiscalização das atividades. A proposta é ampliar a produção de madeira legal e organizar a cadeia florestal, mantendo o controle ambiental das áreas concedidas.

A Sema ficará responsável pelo licenciamento, monitoramento e fiscalização das operações.

Com o edital, o Governo do Amapá pretende atrair investimentos, criar oportunidades de trabalho e direcionar recursos para ações socioambientais nos municípios abrangidos. A execução dependerá do resultado da licitação e do cumprimento das obrigações previstas nos contratos. A fiscalização ambiental seguirá as condições definidas no edital e nos contratos firmados após a escolha das empresas vencedoras pelo estado.